

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONDADO – PE  
CONCURSO PÚBLICO 2023**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO**

**NOME:**

**CPF:**

**NÍVEL: SUPERIOR**

**CARGO: 02 – ASSESSOR CONTROLE INTERNO**

**Leia com atenção:**

1. No Cartão-Resposta, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha com caneta esferográfica (tinta PRETA);
2. O Cartão-Resposta tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse Cartão-Resposta não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse;
3. A DURAÇÃO DA PROVA é de 3 horas, incluído o tempo para preenchimento do Cartão-Resposta;
4. Na prova há 40 questões de múltipla escolha, com cinco opções: A, B, C, D e E;
5. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico (Calculadora, Celulares e etc.);
6. Só será permitido ao candidato entregar sua prova escrita após 45 (quarenta e cinco) minutos do seu início;
7. Só será permitido ao Candidato sair portando o Caderno de questões, após decorridos 2:40 (duas horas e quarenta minutos), após o efetivo início das provas;
8. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal;
9. Os 03 (três) últimos candidatos em cada sala de prova, somente poderão entregar a respectiva prova e retirarem-se do local simultaneamente, após assinarem o lacre do envelope, juntamente com os fiscais de sala;
10. Será excluído do Concurso Público o candidato que descumprir os itens acima.



## 15 QUESTÕES DE PORTUGUÊS

Texto 1

### Tecnologia: o uso excessivo e os impactos na saúde mental

Pesquisas norte-americanas recentes revelam o quão solitários os americanos se sentem, tendo como prevalência os jovens, que tiveram o tempo de qualidade em suas relações, com amigos e colegas, reduzido por mais de 50%.

Outro estudo, lançado em 2021, sobre o tempo de exposição a telas, de crianças e adolescentes, revelam que o Brasil está em terceiro lugar no ranking dos países que mais utilizam celular ou dispositivos eletrônicos, passando até nove horas diárias consumindo conteúdos pela internet.

Considerando que podemos resolver muitas coisas virtualmente, sem precisar sair de casa, temos poucas motivações para sair do conforto e segurança do lar. Desta forma, temos cada vez mais homens e mulheres, jovens e crianças, com poucas interações sociais e maior isolamento. A pandemia acelerou um processo natural que já vinha acontecendo, e assim, este fenômeno tecnológico foi potencializado.

A vida já estava sendo desenhada para favorecer o isolamento, mas esse caminho não era apresentado como isolamento, mas como privacidade, como algo bom. Porém, a privacidade não pode levar ao isolamento.

Perguntemos para nossos avós, como era a convivência com a vizinhança na época em que eram crianças? Como viviam, brincavam, e como os nossos bisavós viviam? Precisamos resgatar os bons exemplos! A tecnologia trouxe inúmeros benefícios, sem dúvidas, mas é preciso saber usá-la sem que nos adoeça.

Quanto mais tempo na internet, menos tempo presencialmente teremos com as pessoas e, automaticamente, mais chances de nos sentirmos solitários. Afinal, existe uma diferença muito grande entre o virtual e o real!

As alterações neuroquímicas provocadas pela internet, especialmente pelas mídias sociais, são semelhantes às de uma pessoa que possui um vício, nunca fica satisfeita, sempre quer mais e mais. Nessa busca por mais, muitos caem no vazio, na depressão, sofrem por não conseguir lidar com pequenas frustrações e, às vezes, atentam contra a própria vida.

É como se entrasse em uma roda gigante, onde não se sabe mais o início e o fim dela, pois a busca pelo prazer e realização na internet vai levando ao isolamento, que gera um buraco dentro do peito, que sufoca a ponto de perder o sentido da vida. Repito: Não é que devamos parar de usar a internet e a tecnologia! Afinal de contas, se você está lendo este texto neste momento é graças a essa tecnologia que te alcança, com esse grande benefício.

Porém, não se pode fechar os olhos para os malefícios de algo vivido de forma desordenada. Faça as seguintes perguntas a você neste momento: Tenho me sentido sozinho(a), mesmo tendo muitas pessoas ao meu redor? Quanto tempo tenho passado na internet? Esse tempo tem me privado de fazer algo importante, de conviver com pessoas que amo? Quando estou em uma roda de conversa, em uma festa, ou até mesmo em casa, com minha família, estou inteiro (a) ou divido minha atenção com a tela mais próxima? Quantas vezes saio de casa durante a semana? Quanto tempo me exponho ao ar livre? Qual foi a última vez que me senti feliz?

Perguntas “fáceis” que precisam ser respondidas de tempo em tempo, com o objetivo de nos mover para uma vida ativa e rica

de sentido, e não uma vida enjaulada dentro de um aparelho em uma casa fria e vazia. Mas atenção! Se você já se percebe com uma dor no peito que parece não ter fim e, mesmo estando rodeado de pessoas, se sente sozinho e não sabe por onde começar para mudar a sua história, procure ajuda! Você não precisa passar por isso sozinho, e nem deve ter vergonha de recorrer a alguém próximo ou a um profissional da área da saúde que possa ajudar.

Viva a alegria de uma vida na verdade!

(RODRIGUES, Aline <https://www.hojeemdia.com.br/opiniaio/opiniaio/tecnologia-o-uso-excessivo-e-os-impactos-na-saude-mental-1.988232> Acesso em 16/11/2023)

01- Segundo as informações do texto, pode-se afirmar que:

- A. As tecnologias digitais que fomentam o uso da internet representam progresso ausente de nocividade à população de usuários assíduos.
- B. As relações de interação entre as pessoas se intensificaram, por meio do uso da internet, chegando a diminuir o isolamento social.
- C. Sintomas relacionados à saúde emocional foram atenuados e a busca pela convivência real passou a ter primazia, especialmente pela comunidade de jovens.
- D. O uso sem moderação das tecnologias digitais acarreta riscos a um convívio social autêntico, como também, a uma vida ativa e sadia, sem psicopatias oriundas da assiduidade virtual.
- E. Os efeitos causados por horas excessivas de dedicação a ferramentas digitais e a seus atrativos viciantes tornam as pessoas vulneráveis exclusivamente ao comprometimento da saúde mental.

02- No trecho: “Quanto mais tempo na internet, menos tempo presencialmente teremos com as pessoas...”, os elementos de coesão sublinhados constituem um sentido de:

- A. Hipótese
- B. Conclusão
- C. proporção
- D. adversidade
- E. causa

03- No fragmento: “A vida já estava sendo desenhada para favorecer o isolamento”, o verbo destacado exige o mesmo tipo de complemento que o da alternativa:

- A. “como os nossos bisavós viviam?”
- B. “para mudar a sua história”
- C. “neste momento é graças a essa tecnologia”
- D. “se entrasse em uma roda gigante”
- E. “Quantas vezes saio de casa”

04- Analise os enunciados apresentados e indique a alternativa em que o vocábulo ‘**que**’, não remete ao termo entre parênteses:

- A. “... o Brasil está em terceiro lugar no ranking dos países que mais utilizam celular ou dispositivos eletrônicos...” (países)
- B. “... são semelhantes às de uma pessoa que possui um vício...” (pessoa)

- C. "...a busca pelo prazer e realização na internet vai levando ao isolamento, que gera um buraco dentro do peito..." (isolamento)
- D. "A pandemia acelerou um processo natural que já vinha acontecendo..." (natural)
- E. "... se você está lendo este texto neste momento é graças a essa tecnologia que te alcança..." (tecnologia)

05- No enunciado: "... nem deve ter vergonha de recorrer a alguém próximo ou a um profissional da área da saúde que possa ajudar.", a oração em destaque é denominada como subordinada:

- A. adverbial causal  
B. substantiva predicativa  
C. adjetiva explicativa  
D. adverbial consecutiva  
E. adjetiva restritiva

06- Considerando o uso da norma culta da Língua Portuguesa, assinale a alternativa correta.

- A. Nos trechos: "nunca fica satisfeita" e "resolver muitas coisas virtualmente", os termos destacados desempenham a mesma função sintática.
- B. O vocábulo 'solitários' é acentuado pela mesma regra que justifica o acento em 'mídias', 'vício' e 'neuroquímicas'.
- C. Nos fragmentos: 'o tempo de qualidade' e 'Quanto mais tempo na internet', as expressões sublinhadas são, quanto à classe gramatical, locuções adverbial e adjetiva, respectivamente.
- D. Os verbos 'revelam', 'sentem' e 'tiveram', empregados no primeiro parágrafo, estão flexionados no mesmo tempo e modo.
- E. No excerto: 'Outro estudo, lançado em 2021, sobre o tempo de exposição a telas ...', tem-se o emprego das vírgulas, que poderiam ser substituídas sem prejuízo por travessões, separando um aposto.

07- No fragmento: "mas é preciso saber usá-la sem que nos adoça.", o conectivo sublinhado estabelece, no contexto inserido, uma relação semântica de:

- A. consequência  
B. concessão  
C. explicação  
D. condição  
E. justificativa

08- No trecho: "sobre o tempo de exposição a telas", a expressão destacada exerce função sintática semelhante a que ocorre na alternativa:

- A. "é graças a essa tecnologia"  
B. "não pode levar ao isolamento"  
C. "atentam contra a própria vida"  
D. "vergonha de recorrer a alguém"  
E. "algo vivido de forma desordenada"

09- Analise os enunciados recortados do texto e indique o que apresenta um recurso linguístico utilizado no sentido **não** literal.

- A. "existe uma diferença muito grande entre o virtual e o real!"  
B. "Quanto tempo me exponho ao ar livre?"  
C. "É como se entrasse em uma roda gigante"  
D. "A tecnologia trouxe inúmeros benefícios"  
E. "com o objetivo de nos mover para uma vida ativa"

10- No trecho: "Pesquisas norte-americanas recentes revelam o quão solitários os americanos se sentem...", o vocábulo destacado é grafado com hífen. Assinale a alternativa em que o hífen **não** é necessário para a escrita da palavra.

- A. mal-assombrado  
B. semi-interno  
C. inter-relação  
D. mega-evento  
E. sub-rotina

11- Ainda no trecho: "Pesquisas norte-americanas recentes revelam o quão solitários os americanos se sentem...", classifique-se, morfológicamente, o termo sublinhado como:

- A. advérbio  
B. pronome  
C. preposição  
D. conjunção  
E. interjeição

12- Ao avaliar a substituição dos termos destacados por pronomes correspondentes, indique a alternativa em que houve falha:

- A. "não se pode fechar os olhos" / 'não se pode fechá-los'  
B. "uma pessoa que possui um vício" / 'uma pessoa que o possui'  
C. "A tecnologia trouxe inúmeros benefícios" / 'A tecnologia trouxe-os'  
D. "temos poucas motivações para sair do conforto" / 'temo-las para sair do conforto'  
E. "ou divido minha atenção com a tela" / 'ou divido-lhe com a tela'

13- No fragmento: "Outro estudo, lançado em 2021, sobre o tempo de exposição a telas, de crianças e adolescentes, revelam que o Brasil está em terceiro lugar no ranking dos países...", ocorreu um desvio em relação à norma-padrão da concordância verbal. Marque a opção em que o desrespeito à concordância também se mantém.

- A. Na sociedade da era digital, gastam-se muitas horas com atividades virtuais que comprometem a interação com outras pessoas na vida real.  
B. Cada uma das pessoas que usam a internet em excesso não percebem os danos afetivos causados em sua vida.  
C. Deve haver, para uma melhor qualidade de vida, discussões esclarecedoras acerca do impacto em relação ao tempo gasto virtualmente pelos jovens no dia a dia.  
D. Trata-se, portanto, de efeitos negativos para o indivíduo, como os que levam a desenvolver doenças mentais devido ao uso exagerado da internet.

E. O número de adolescentes em conexão com a internet mostra novos hábitos que alteram o convívio e o comportamento social.

14- Nos fragmentos: “Precisamos resgatar os bons exemplos!” e “... se sente sozinho e não sabe por onde começar para mudar a sua história, procure ajuda!”, há traços predominantes das seguintes funções de linguagem:

- A. metalinguística e fática
- B. emotiva e conativa
- C. referencial e emotiva
- D. poética e apelativa
- E. expressiva e fática

15- Analise os elementos morfossintáticos presentes no texto e assinale a alternativa correta.

- A. Em: “nove horas diárias consumindo conteúdos pela internet.”, a expressão destacada indica, no contexto, uma circunstância espacial.
- B. Em: “revelam que o Brasil está em terceiro lugar”, a conjunção integrante sublinhada introduz uma oração subordinada com valor de sujeito.
- C. Em: “... mesmo estando rodeado de pessoas, se sente sozinho...”, o pronome proclítico foi empregado de modo coloquial, porém, de acordo com a norma culta, deveria ocorrer a ênclise.
- D. Em: “muitos caem no vazio, na depressão”, a vírgula foi utilizada para separar o sujeito posposto ao verbo.
- E. Em: “países que mais utilizam celular ou dispositivos eletrônicos”, destaca-se um conectivo, cujo sentido é excluyente.

## 25 QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16- O ciclo orçamentário é um importante processo de planejamento orçamentário da administração pública, através do qual serão definidos diversos aspectos do orçamento público. Associe corretamente as fases do ciclo orçamentário com as atividades correspondentes a cada fase:

- a – Elaboração da proposta orçamentária
- b – Estudo, discussão e aprovação da Lei do Orçamento
- c – Execução orçamentária e financeira
- d – Controle

- I. Etapa de responsabilidade do Poder Legislativo, fundada na necessidade de participação do povo, através de seus representantes, para definir suas prioridades, anseios e a forma de efetivação dos mesmos.
- II. Etapa ligada à estruturação, aos critérios e às atividades destinadas a avaliar o alcance dos objetivos estabelecidos no orçamento e as alterações ocorridas durante a sua execução. Refere-se, ainda, à eficiência na realização das ações planejadas para esses propósitos e o nível de racionalidade na utilização dos recursos correspondentes.

III. Compreende a fixação de objetivos concretos para o período definido, assim como o cálculo dos recursos humanos, materiais e financeiros, necessários à sua materialização e concretização, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

IV. Consiste na realização anual dos objetivos, diretrizes e metas estabelecidos para o setor público, no contexto do processo de planejamento integrado, envolvendo a mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros.

Marque a alternativa que indica a sequência correta de associações:

- A. I – a; II – b; III – c; IV – d.
- B. I – b; II – a; III – d; IV – c.
- C. I – b; II – d; III – a; IV – c.
- D. I – b; II – a; III – c; IV – d.
- E. I – c; II – d; III – b; IV – a.

17- Um dos mais importantes instrumentos normativos da Contabilidade Pública é a Lei Orçamentária Anual, que recebe previsão constitucional e legal acerca de seus critérios. Sobre a Lei Orçamentária Anual, analise as proposições a seguir:

- I. A Lei Orçamentária Anual precisa ser elaborada em compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- II. A Lei Orçamentária Anual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientando a elaboração da lei de diretrizes orçamentárias.
- III. Devem constar da Lei Orçamentária Anual todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão.
- IV. A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá ser inferior à variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.
- V. A lei orçamentária anual tem eficácia restrita ao exercício posterior à sua promulgação, não podendo conter previsões de despesas para exercícios seguintes.

Assinale a alternativa que indique quais proposições são incorretas:

- A. I, II, III, IV e V.
- B. II, III, IV e V, apenas.
- C. II, IV e V, apenas.
- D. III e IV, apenas.
- E. IV e V, apenas.

18- Os Princípios Orçamentários têm como objetivo estabelecer diretrizes fundamentais para garantir a racionalidade, eficiência e transparência nos procedimentos de formulação, implementação e supervisão do Orçamento Público. São aplicáveis aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todos os níveis federativos, recebendo previsões por disposições constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. Associe corretamente os princípios orçamentários descritos abaixo com os seus respectivos conceitos:

- a – Totalidade
- b – Universalidade
- c – Periodicidade
- d - Orçamento Bruto

- I. Estabelece que todas as receitas e despesas sejam incluídas na Lei Orçamentária pelos seus totais, vedando quaisquer deduções.
- II. Cada ente federativo deve manter um único orçamento, visando a garantir que todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, integrem um único documento legal dentro de cada esfera federativa.
- III. Estabelece a delimitação do exercício financeiro, vinculando à determinado período de tempo a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na Lei Orçamentária Anual.
- IV. A Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deve abranger integralmente todas as receitas e despesas relacionadas aos poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.

Assinale a alternativa que indica a sequência de associações corretas:

- A. I – a; II – b; III – c; IV – d.
- B. I – a; II – d; III – b; IV – c.
- C. I – d; II – b; III – c; IV – a.
- D. I – d; II – a; III – c; IV – b.
- E. I – b; II – c; III – a; IV – d.

19- Acerca dos Créditos Adicionais, assinale a alternativa incorreta:

- A. É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a créditos adicionais.
- B. Os créditos adicionais são classificados em suplementares, especiais e extraordinários.
- C. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.
- D. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.
- E. A abertura dos créditos adicionais extraordinários depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

20- Acerca dos estágios da execução da despesa orçamentária, considere:

- I. Despacho exarado por autoridade competente determinando que a despesa seja paga.
- II. Ato emanado pela autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- III. Verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Assinale a alternativa que indique a associação correta entre os conceitos indicados nos itens acima com os respectivos estágios, e indique a sequência correta destes estágios na execução da despesa orçamentária, respectivamente.

- A. I – Empenho; II – Ordem de pagamento; III – Liquidação da despesa / Sequência: I, II, III.
- B. I – Empenho; II – Ordem de pagamento; III – Liquidação da despesa / Sequência: I, III, II.
- C. I – Ordem de pagamento; II – Empenho; III – Liquidação da despesa / Sequência: I, III, II.
- D. I – Ordem de pagamento; II – Empenho; III – Liquidação da despesa / Sequência: II, III, I.
- E. I – Liquidação da despesa; II - Ordem de pagamento; III – Empenho / Sequência: II, III, I.

21- O Servidor Público, investido em uma posição de interesse público, desempenha importante papel na sociedade. É imprescindível, portanto, que o mesmo tenha seu comportamento pautado na ética profissional, assegurando a integridade, transparência e responsabilidade na tomada de decisões e na execução de suas funções. Além disso, a ética no serviço público contribui para o fortalecimento da governança, a eficiência na prestação de serviços e a promoção do bem comum, consolidando uma base sólida para a democracia e o desenvolvimento sustentável. Acerca do tema, pode-se afirmar ser defeso ao servidor público, exceto:

- A. Cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- B. Levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração.
- C. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição.
- D. Registrar o seu ingresso no órgão e se ausentar do ambiente de trabalho sem justificativa plausível.
- E. Apresentar atestados médicos inidôneos.

22- À luz do Sistema Tributário Nacional, considere os fatos geradores descritos nos itens a seguir:

- I. A transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
- II. Aquisição em leilão de produto industrializado abandonado ou apreendido.
- III. A prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal.
- IV. A propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município.
- V. Transmissão não onerosa de propriedade de quaisquer bens móveis ou imóveis.

Assinale a alternativa que indique corretamente qual ente federativo possui a competência tributária para instituir o respectivo imposto:

- A. União – I e III; Estados e Distrito Federal – II; Municípios – IV e V.
- B. União – II e IV; Estados e Distrito Federal – III e V; Municípios - I.
- C. União – II, III e IV; Estados e Distrito Federal – V; Municípios - I.
- D. União – III; Estados e Distrito Federal – I e IV; Municípios – II e V.
- E. União – II, III e V; Estados e Distrito Federal – IV; Municípios – I.

23- O controle externo será exercido pelo Poder Legislativo com o auxílio do Tribunal de Contas. Nesse sentido, compete ao Tribunal de Contas, exceto:

- A. Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.
- B. Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- C. O Tribunal de Contas da União encaminhará ao Congresso Nacional, trimestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- D. Apreciar as contas prestadas anualmente pelo chefe do Poder Executivo, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- E. Processar e julgar o chefe do Poder Executivo nos crimes de responsabilidade, podendo aplicar sanções de afastamento do cargo eletivo e inelegibilidade, emitindo parecer prévio que será encaminhado ao Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior Eleitoral.

24- A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, em seu segundo artigo define que “São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.” Todavia, com o objetivo precípua de evitar a concentração de poder e o desrespeito aos direitos constitucionais, o arcabouço constitucional brasileiro vigente criou mecanismos de controle recíprocos entre os poderes, focando sempre na proteção e manutenção do Estado Democrático de Direito. Este sistema de interferência recíproca se chama:

- A. Sistema de federalismo assimétrico.
- B. Sistema de freios e contrapesos.
- C. Sistema de direitos e garantias fundamentais.
- D. Sistema de submissão da tripartição dos poderes ao Poder Moderador.
- E. Sistema legislativo bicameral.

25- Aos Poderes da República, são atribuídas funções típicas e atípicas. Nesse sentido, analise os seguintes itens:

- I. Compete privativamente à Câmara dos Deputados dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- II. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas.
- III. Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.
- IV. Compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- V. É da competência exclusiva do Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

Os itens acima são exemplos de atribuições ao Poder Legislativo de funções típicas e atípicas. Assinale a alternativa que indique a associação correta:

- A. Típicas: II e V, apenas. / Atípicas: I, III e IV, apenas.
- B. Típicas: II, apenas. / Atípicas: I, III, IV e V, apenas.
- C. Típicas: I, II, III e V, apenas. / Atípicas: IV, apenas.
- D. Típicas: V, apenas. / Atípicas: I, II, III e IV, apenas.
- E. Típicas: II, IV e V, apenas. / Atípicas: I e III, apenas.

26- Acerca do Sistema Constitucional do Orçamento Público, julgue as proposições com V para verdadeira e F para falsa:

- ( ) O sistema orçamentário instituído pela Constituição Federal determina que as diretrizes orçamentárias, o plano plurianual e os orçamentos anuais são leis de iniciativa privativa do Poder Legislativo, que após a correspondente discussão e aprovação, enviará ao Chefe do Poder Executivo para sanção.
- ( ) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- ( ) O exame e elaboração de parecer sobre os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais caberão a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados.
- ( ) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- ( ) Entre as funções constitucionais da Lei Orçamentária Anual, compatibilizada com o Plano Plurianual, está a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

Assinale a alternativa que indique corretamente a sequência de repostas:

- A. V, V, V, V, V.
- B. F, V, V, V, V.
- C. F, V, F, V, F.
- D. F, V, V, V, F.
- E. F, F, F, F, V.

27- A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é o maior instrumento normativo do país, estando no ápice da pirâmide normativa de nosso ordenamento jurídico. Ela estabelece, dentre outras coisas, os princípios fundamentais que regem o país em suas relações internacionais. Assinale a única alternativa que não indica um desses princípios:

- A. Garantir do desenvolvimento nacional
- B. Autodeterminação dos povos
- C. Concessão de asilo político
- D. Não-intervenção
- E. Defesa da paz

28- A respeito da Auditoria, analise os itens a seguir.

- I. A auditoria interna é uma prática independente e objetiva de avaliação e consultoria, planejada para agregar valor e aprimorar as atividades de uma organização.
- II. A auditoria interna contribui para que a organização alcance seus objetivos por meio da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada na avaliação e aprimoramento da eficácia dos processos de gestão de riscos, controle e governança.
- III. A auditoria no âmbito do Setor Público é uma estratégia de controle do Estado voltada para verificar a legalidade das ações de gestão, prevenindo ou corrigindo falhas, desperdícios, condutas ímprobas, negligência e omissões. Seu propósito é assegurar a alocação mais

eficiente dos recursos públicos e otimizar os benefícios sociais.

- IV. Os desdobramentos das auditorias resultantes das iniciativas de avaliação e consultoria podem trazer ganhos financeiros, que se manifestam por meio da implementação, modificação ou aprimoramento de mecanismos, processos e sistemas de controle interno administrativo, bem como o refinamento de normas e outras melhorias gerenciais nas unidades auditadas, que não podem ser traduzidas em termos monetários.
- V. A auditoria interna deve ser uma atividade independente e objetiva, primando sempre pela imparcialidade, isenção e autonomia técnica.

Assinale a alternativa correta:

- A. São verdadeiros apenas os itens I, III e V.
- B. Apenas os itens II e V são falsos.
- C. Os itens I e II são verdadeiros, apenas.
- D. Apenas o item IV é falso.
- E. Todos os itens são verdadeiros.

29- “Concentra-se na análise da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade de programas, ações e processos, esta abordagem busca avaliar o desempenho da gestão. Seu propósito fundamental é aprimorar tanto o objeto da auditoria quanto a gestão da unidade examinada.” O texto descreve:

- A. Auditoria operacional
- B. Auditoria de conformidade
- C. Plano de auditoria
- D. Auditoria financeira
- E. Auditoria de qualidade

30- A respeito da metodologia de amostragem, é incorreto afirmar:

- A. A utilização de amostragem é adotada para tornar possível a condução de auditorias em contextos nos quais o alvo da auditoria é encontrado em grandes volumes e/ou distribuído de forma dispersa, sendo aplicada levando em consideração a relação entre custo e benefício.
- B. Uma amostra só é reconhecida como representativa de uma população se contiver, em proporções adequadas, todas as características qualitativas e quantitativas presentes na população.
- C. A amostragem é uma abordagem empregada quando é preciso adquirir dados sobre um ou mais elementos de um grupo considerado extenso ou numeroso (população), examinando apenas uma porção (amostra) desse conjunto.
- D. As conclusões sobre o grupo como um todo podem ser tiradas a partir das informações obtidas da amostra ainda que esta não seja representativa.
- E. A escolha do método de amostragem depende da natureza da pesquisa ou auditoria, dos recursos disponíveis e dos objetivos específicos da análise.



31- Acerca da documentação de auditoria se pode afirmar, exceto:

- A. A documentação deve ser suficiente para possibilitar a compreensão de um auditor experiente, mesmo sem conhecimento prévio da auditoria, sobre a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria realizados.
- B. A documentação de auditoria também é conhecida como “papeis de trabalho”.
- C. A documentação deve demonstrar o cumprimento das normas pertinentes e dos requisitos legais e regulatórios aplicáveis.
- D. Na documentação de auditoria deverão ser incluídas as conclusões alcançadas em relação aos assuntos significativos surgidos durante a auditoria e os julgamentos profissionais significativos exercidos para obter as conclusões.
- E. Na documentação de auditoria não se deve incluir informações sobre os resultados dos procedimentos de auditoria e a evidência obtida, uma vez que tais informações constarão no relatório final de auditoria.

32- De acordo com o que estabelece a NBASP-100, o objeto da auditoria refere-se à(s)/ao(s):

- A. Informação, condição ou atividade que é mensurada ou avaliada de acordo com certos critérios.
- B. Pessoas, organizações ou grupos destas para quem o auditor elabora o relatório de auditoria.
- C. Responsáveis pela elaboração da informação, pela gestão ou por atender recomendações, podendo ser pessoas ou organizações.
- D. Referências usadas para avaliar as informações obtidas, devendo ser adequadas às circunstâncias de cada auditoria.
- E. Resultado da avaliação ou mensuração, de acordo com os critérios estabelecidos, podendo assumir várias formas e ter diferentes características, dependendo do objetivo e do escopo da auditoria.

33- A remoção do servidor público é:

- A. O deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder.
- B. O deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- C. A investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- D. O retorno à atividade de servidor aposentado.
- E. O retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.

34- Acerca da remuneração do servidor público assinale a alternativa incorreta:

- A. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- B. O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

- C. O vencimento do cargo efetivo é composto pelo salário base, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
- D. É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- E. Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.

35- Dentre as vantagens a que o servidor público faz jus encontra-se a gratificação natalina. Sobre esta é incorreto afirmar:

- A. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.
- B. A gratificação natalina será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.
- C. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
- D. A gratificação natalina será considerada para cálculo de todas e quaisquer vantagens pecuniária a que o servidor vier a fazer jus.
- E. Para o cálculo da gratificação natalina, a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

36- De acordo com o que estabelece a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992), não se pode afirmar:

- A. O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- B. Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- C. Independentemente de integrar a administração indireta, estão sujeitos às sanções previstas na referida Lei os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- D. Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência não pacificada que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- E. Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei de Improbidade os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

37- Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário:

- A. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercado-ria, bem ou serviço.
- B. Receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para tolerar a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de usura ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- C. Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- D. Agir ilícitamente na arrecadação de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- E. Praticar, no âmbito da administração pública e com recursos do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover inequívoco enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

38- Os órgãos públicos pertencem à Administração Direta. Sobre os órgãos públicos é incorreto afirmar:

- A. Os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica própria.
- B. Órgãos públicos são unidades abstratas que sintetizam os vários círculos de atribuições do Estado.
- C. Os órgãos públicos são sujeitos de direitos e obrigações.
- D. Os órgãos públicos não devem ser confundidos com a pessoa jurídica, visto que esta representa o todo, enquanto aqueles são as partes.
- E. Os órgãos públicos podem contar com representação própria, ou seja, designar seus próprios procuradores, embora em regra não possuam a capacidade de estar em juízo, salvo exceções.

39- Não é uma característica das entidades que compõem administração indireta:

- A. Estão submetidas a uma relação de subordinação, ficando sujeitas a controle, que pode ser de natureza interna ou externa, por parte da própria entidade à qual estão vinculadas. Além disso, estão sujeitas ao controle externo exercido pelos Poderes Legislativo e Judiciário.
- B. Não possuem finalidade lucrativa, ainda que explorem atividade econômica.
- C. Possuem personalidade jurídica própria, podendo ser titulares de direitos e obrigações, o que as torna responsáveis pelos seus próprios atos.
- D. Desfrutam da capacidade de autoadministração e têm receita própria.
- E. Exige-se previsão legal para sua criação.

40- A Administração Pública está submetida tanto ao controle interno, quanto ao controle externo. Na temática do controle externo dos Municípios, assinale a alternativa incorreta:

- A. É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- B. O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- C. A fiscalização do Município, mediante controle externo, será exercida pelo Poder Legislativo Municipal.
- D. O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
- E. As contas dos Municípios ficarão, durante trinta dias, semestralmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

